

**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**

História e as Práticas de Presentificação e Representação do Passado

Atena
Editora

Ano 2020



**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**

História e as Práticas de Presentificação e Representação do Passado

Atena
Editora

Ano 2020



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	<p>História e as práticas de presentificação e representação do passado [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-075-9 DOI 10.22533/at.ed.759202805</p> <p>1. História – Filosofia. 2. História - Historiografia. 3. Historiadores. I. Guilherme, Willian Douglas.</p> <p style="text-align: right;">CDD 907.2</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “História e as Práticas de Presentificação e Representação do Passado” reuni 16 artigos entorno de um debate atualizado e propositivo sobre práticas e história. As pesquisas foram organizadas em 4 grupos conforme interesse da obra.

No primeiro grupo, temos três textos que discutem a presentificação e representação do passado do ponto de vista de território, trazendo um diálogo crítico e convidativo ao debate.

Para o segundo grupo, foram selecionados cinco artigos que dialogassem em torno da religião, trazendo ações históricas que permaneceram presentes nos tempos atuais. Polêmicas ou não, as pesquisas contribuem com a quebra de preconceitos e propõem novos olhares.

No terceiro conjunto, agrupei cinco pesquisas que apresentassem um debate relevante para o contexto histórico proposto por esta obra, que é a presentificação e representação do passado. As pesquisas permeiam o século XIX, XX e XXI.

Para o quarto grupo, são três artigos voltados para a discussão histórica por meio da educação. As pesquisas convidam ao olhar dialógico e levam o debate para além da leitura.

Desejo boa leitura a todos!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

I.

CAPÍTULO 1 1

A COMUNIDADE DE CERRO PELADO, FRONTEIRA E HISTÓRIA AGRÁRIA

[José Carlos Sampayo Ferreira](#)

DOI 10.22533/at.ed.7592028051

CAPÍTULO 2 13

A GUERRA DE (RE)CONQUISTA SOBRE O CAMPO MEXICANO E A RESISTÊNCIA TERRITORIAL ZAPATISTA

[Rodrigo de Moraes Guerra](#)

DOI 10.22533/at.ed.7592028052

CAPÍTULO 3 22

ALDEADOS DE PIRATININGA – INDÍGENAS ADMINISTRADOS DE SÃO PAULO COLONIAL (SÉCULOS XVI - XVII)

[Antonio Martins Ramos](#)

DOI 10.22533/at.ed.7592028053

II.

CAPÍTULO 4 33

ANALOGIA DO SÁBADO

[Cleonaldo Pereira Cidade](#)

DOI 10.22533/at.ed.7592028054

CAPÍTULO 5 45

CONTRIBUIÇÕES DE KOSELLECK, RÜSEN E FREIRE PARA O PROFESSOR DE HISTÓRIA QUE ATUE NO ENSINO RELIGIOSO.

[Marcelo Noriega Pires](#)

DOI 10.22533/at.ed.7592028055

CAPÍTULO 6 57

O CAMPO RELIGIOSO “BRASILEIRO” NA OBRA MACHADIANA

[Valdeci Rezende Borges](#)

DOI 10.22533/at.ed.7592028056

CAPÍTULO 7 70

ORIXÁ E NATUREZA: O CANDOMBLÉ NA PERSPECTIVA DECOLONIAL

[Victor Hugo Basilio Nunes](#)

DOI 10.22533/at.ed.7592028057

CAPÍTULO 8 86

O ESPAÇO DE TERREIRO COMO ESPAÇO EDUCATIVO

[Patrícia da Silva Pereira](#)

DOI 10.22533/at.ed.7592028058

III.

CAPÍTULO 9 98

O “LIVRO DE ENTRADA DE IRMÃOS DA IRMANDADE DE N. SRA. DO ROZARIO DOS PRETOS DA FREGUESIA DA CAXOEIRA” – RS, SÉC. XIX

[Henrique Melati Pacheco](#)

DOI 10.22533/at.ed.7592028059

CAPÍTULO 10 113

NETTO ENCONTRA SUA ALMA! UM CAUDILHO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL NA HISTÓRIA E NA LITERATURA (C.1836-C.1866)

[Cesar Augusto Barcellos Guazzelli](#)

DOI 10.22533/at.ed.75920280510

CAPÍTULO 11 124

O PODER BÉLICO DAS PALAVRAS: O DISCURSO VENCEDOR DOS REPUBLICANOS LIBERAIS NA QUEDA DA MONARQUIA NO BRASIL (1870-1891)

[Daiane Lopes Elias](#)

DOI 10.22533/at.ed.75920280511

CAPÍTULO 12 136

PARA ALÉM DA INVENÇÃO: UMA CRÍTICA AO CONCEITO HOBBSBAWMIANO DE TRADIÇÃO

[Ivan Rodrigo Trevisan](#)

DOI 10.22533/at.ed.75920280512

CAPÍTULO 13 146

FUTEBOL DE BOTÃO / MESA – PASSADO, PRESENTE E FUTURO NA PERCEPÇÃO DO BOTONISTA

[Ary Luiz de Oliveira Peter Filho](#)

DOI 10.22533/at.ed.75920280513

IV.

CAPÍTULO 14 165

PROJETO DE LEITURA E ESCRITA: FÁBULAS POTIGUARA

[Juracy Dayse Delfino Soares](#)

DOI 10.22533/at.ed.75920280514

CAPÍTULO 15 174

PROTAGONISMO POLÍTICO JUVENIL E NARRATIVAS DE HISTÓRIA: PERSPECTIVAS DA APRENDIZAGEM HISTÓRICA PELA *BURDENING HISTORY*

[Jéssica Christina de Moura](#)

DOI 10.22533/at.ed.75920280515

CAPÍTULO 16 189

PERCEPÇÃO SOCIOCULTURAL DO SÉCULO XIX ATRAVÉS DA ANÁLISE DO VESTUÁRIO DE ÉPOCA

[Lilian Patricia Soares Filocreão](#)

DOI 10.22533/at.ed.75920280516

SOBRE O ORGANIZADOR..... 201

ÍNDICE REMISSIVO 202

O CAMPO RELIGIOSO “BRASILEIRO” NA OBRA MACHADIANA

Data de aceite: 12/05/2020

Valdeci Rezende Borges

Universidade Federal de Catalão
Unidade Acadêmica Especial de História e
Ciências Sociais
Catalão – Goiás
<http://lattes.cnpq.br/0857773389440773>

Este texto é uma versão revista e ampliada do artigo “Religiosidades em Machado de Assis”, publicado em 2002 na revista *Opsis*, dossiê “Cultura e religiosidades”. Em 2017, partindo do referido artigo, realizei uma fala na Universidade Federal de Uberlândia, na IV Jornada do Laboratório dos Estudos Judaicos, sob o título “Machado de Assis e as religiosidades brasileiras”, da qual resultou este escrito.

RESUMO: É intenção, neste texto, numa perspectiva multidisciplinar, entrelaçando História, Literatura e Ciências Sociais, tratar de algumas práticas religiosas brasileiras por meio da obra de Machado de Assis, que em suas representações revela aspectos diversos do campo de nossa religiosidade; campo múltiplo e híbrido, marcado por conflitos, tensões e disputas, constituído por práticas sagradas e profanas diversas, pelo cristianismo como catolicismo oficial e popular, e do avanço do protestantismo, além da emergência do

espiritismo e da presença de manifestações tradicionais afro-ameríndias.

PALAVRAS-CHAVE: Campo religioso, religiosidades, diversidade, relações de força, Machado de Assis.

ABSTRACT: In a multidisciplinary perspective involving history, literature and social sciences, this text addresses Brazilian religious practices in the light of the writer Machado de Assis. His representations reveals different aspects of religiosity in Brazil, a multiple and hybrid field, not only marked by conflicts, tensions and disputes but also formed by varied sacred and profane practices and by Christianity as official and popular Catholicism. Likewise, Machado’s work reveals aspects of the advance of Protestantism, the emergence of Spiritism and the presence of Afro-Amerindian manifestations.

KEYWORDS: Religious field, religiosities, diversity, power relations, Machado de Assis.

1 | INTRODUÇÃO

No contexto atual, em que se completou recentemente 500 anos da Reforma Protestante, que empreendeu lutas e combates para conquistar espaço e respeito na sociedade, observa-se grande expansão

das igrejas evangélicas como também de crescente intolerância religiosa por parte dessas, expressa, dentre outras formas, pela invasão de templos católicos por seus seguidores quebrando imagens sacras, mas também de terreiros de candomblé e de umbanda. Podemos, partindo de tais práticas de intolerância religiosa no presente, recorrer ao passado numa perspectiva retroativa e multidisciplinar, num diálogo entre História, Literatura e outras disciplinas, como a Antropologia e Sociologia, para vermos como esse campo lá se apresentava, enfatizando a historicidade de tais práticas para orientar nossa atuação no momento atual marcado pela necessidade de liberdade religiosa e de tolerância com o diferente, do respeito às manifestações religiosas de segmentos diversos de nossa sociedade. Conforme Bourdieu (1977, p. 56-7), esse campo do social é espaço e lugar de batalhas, pois permeado por relações de forças, embates e disputas entre as religiões em oferta.

Para tal recorreremos à obra literária de Machado de Assis, sujeito atuante na imprensa fluminense de seu tempo e observador atento do campo religioso da cidade do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX e primeira década do século XX, e produziu representações variadas acerca do mesmo, sobretudo, e mesmo brasileiro, de forma geral. Imagens essas que reunidas, em conjunto e em relação entre si, constituem um imaginário dessa sociedade, de suas normas e práticas (DURAND, 2001, p. 18-19). Nesse sentido, primeiro tratamos do campo religioso cristão e suas batalhas, da presença do catolicismo como religião oficial do Estado e da emergência das igrejas protestantes; a seguir detemo-nos nos hábitos, costumes, rituais e valores das práticas católicas, e por fim do surgimento de novas ofertas religiosas e das tensões que permearam esse campo ao tratar das práticas tradicionais de feitiçaria e adivinhações e da novidade que representou o espiritismo kardecista.

2 | PRIMEIRAS BATALHAS: NO CAMPO CRISTÃO – CATÓLICOS X PROTESTANTES

As práticas católicas eram hegemônicas na corte, cidade do Rio de Janeiro, por sua tradição de religião oficial do Estado brasileiro até 1889, quando se deu a separação do sagrado e do temporal firmando a liberdade de cultos, conforme a Constituição republicana. Para o cronista, em 1895, a questão substancial desse fato é a liberdade, pois a Constituição “acabava com a religião do Estado, e não lhe importa que cada um tenha a que quiser”. Mas, antes disso, em 1893, ele dizia que “Apesar da separação da igreja e do Estado, viviam ambos em tal concórdia, que antes pareciam casados de ontem, que divorciados dessa manhã”, com o esposo dando pensão à esposa, que orava por ele. Para muitos clérigos, que ambicionavam pela liberdade da Igreja em relação aos poderes do governo era a “felicidade pura” essa nova situação, ainda que dadas atitudes e práticas de outrora permanecessem (ASSIS, 1957b, p. 25; 1959a, p. 307).

No entanto, anterior à extinção do catolicismo como religião oficial do Estado e às

essas manifestações e expressões acima expostas, o cronista já apontava o crescente avanço do protestantismo na cidade bem como de certo reboiço e tensão no campo das forças religiosas, permeado por polêmicas. Em 1864 a liberdade religiosa não era completa no país. Por um lado, devido à ligação da igreja católica com o Estado, alguns de seus membros ansiavam e clamavam por reformas, buscando ser “mais livres [...] não é completamente livre”. Porém, por outro lado, contraditoriamente, acusava o governo e o parlamento de fazer e executar “algumas leis de tolerância religiosa” que possibilitavam existir outras religiões e templos. Nesse contexto, o jornal católico *Cruz*, buscando garantir seu rebanho e reinado reclamava, lamentando a existência de “templos de seitas dissidentes” na capital do Império, o quê, para o folhetinista, nos atirava “para o tempo das perseguições religiosas”, conforme o “tom de ódio, cólera e rancor” do referido jornal (ASSIS, 1955c, p. 146).

O folhetinista, que nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro* há três semanas antes declarara “disposto a divertir-se com todos os ridículos políticos, clericais, ou simplesmente humanos” prosseguiu tratando do posicionamento dos jornais católicos e da liberdade religiosa, quando outra folha, *Cruzeiro do Brasil*, também expressou intolerância e andou “concitando as turbas à guerra religiosa”. O cronista considerou que o periódico, parecia “animar movimentos” de tal natureza na certeza de garantir na pesca peixe em abundância, como ocorreu em Niterói, quando “o povo prorrompeu em excesso contra a um vendedor de bíblias protestantes”. O periódico responsabilizava o “governo, que protegeu o vendedor contra a ira popular” e por animar a “propagação das doutrinas condenadas pela igreja”, e o ameaçava “com a lembrança das guerras religiosas”, além de intimá-lo “a fazer cessar a propagação dos metodistas”. Por outro lado, a *Imprensa Evangélica* afirmava, sem proselitismo, que embora a constituição garantisse a liberdade religiosa, esta não existia. Para o folhetinista era “lamentável que se [imprimissem] coisas tais em um país onde a liberdade religiosa, se não [era] completa, [estava] já adiantada” e que a constituição garantia a liberdade de culto. A seu ver o procedimento religioso deveria ser outro: em vez de apelar à força do governo apelar à palavra do clero, que tinha a incumbência de combater as doutrinas que se iam propagando (ASSIS, 1955c, p. 127, 243-4).

No ano seguinte, ele retorna a essa questão do uso da palavra do clero no púlpito, ao tratar do anúncio em uma folha da corte de um novo orador sagrado. Afirmava que “há muito tempo que a palavra sagrada servia de instrumento aos incapazes e aos medíocres”, embora houvesse raras exceções. Com um clero medíocre e a eloquência sagrada abatida, a pregação produzia efeito negativo, com falas que alinhavava “meia dúzia de períodos fofos”, com pregadores com “tom lamentoso, de efeito puramente teatral” para comover os fiéis, modulando a voz, com a finalidade de “fingir uma dor”, além de fazer “inventário do velho arsenal do inferno”, descrendo “a figura do inimigo da luz”, que não atraíam fiéis, assustavam; não convenciam, aturdiavam; não infundiam contrição, provocava

atrição. (ASSIS, 1955c, p. 326-8).

Em 1876, expressando consciência em relação à obrigação do cronista e a postura dele requerida, o escritor voltou novamente ao assunto ao falar do projeto de regularização das casas de tolerância. Entendendo que a postura do folhetinista nada mais é que aplicar a uma coisa aquilo que se estabeleceu para outra, realizar certa comparação, afirmou que “segundo a Constituição, há uma religião do Estado, a católica; mas os outros cultos são tolerados”. Assim, se havia “um amor ortodoxo, um amor do Estado”, o casamento, e “outros amores dissidentes”, a prostituição, era necessário também que se tolerassem as tais casas e as regulasse, sendo “os escorregões [...] uma forma de protestantismo” e esses lugares não poderiam “ter forma exterior de templo”, pois inconstitucional. Já em 1888, mencionou outra vez a questão da “liberdade dos cultos”, ao falar de um projeto de reforma que estava pendente na Câmara, “um artigo de religião muçulmana”. Mas, considerou, com muita ironia, que enquanto ele visse na Rua dos Inválidos uma casa, com aparência de casa, como ele se parecia com o leitor, com escrito na fachada de que era *Igreja evangélica*, ia acreditando que o projeto do senado podia esperar, sendo “muito melhor infringir a lei que reformá-la”. (ASSIS, 1959c, p. 159-60; 1956b, p. 174).

Por outro lado, na ficção, o protestantismo foi mencionado ao menos duas vezes. Em *A Mão e a Luva*, de 1874, uma inglesa agia “como boa protestante que era”, com “a Escritura na ponta dos dedos”, dando conselhos moralizantes e citando passagens e personagens bíblicos em nome da felicidade familiar. Já, em *Quincas Borba*, de 1886, com trama ocorrida no período de 1867 a 1871, Rubião era protetor de duas sociedades piás; era “sócio de uma Congregação Católica e de um Grêmio Protestante”, mas apenas pagava “as mensalidades de ambos” (ASSIS, 1957a, p. 84-6; 1957f, p. 283).

Nesse contexto, e com aquela disposição acima mencionada de tratar dos ridículos clericais, numa postura próxima ao ideário da reforma protestante, o cronista criticou a Igreja católica, suas práticas equívocas e seus desvios em vários textos. Em 1863, afirmou que no Brasil a maioria da população se dividia “em dois campos, a indiferença e a carolice”, cabendo aos ministros do altar “missão apostólica, tolerante, elevada”, para “convencer os incrédulos, e trazer os fanáticos ao conhecimento dos princípios da Igreja.” Porém, “os padres divert[ia]m-se em lançar às urnas eleitorais a interdição religiosa ou a escrever gazetas” insonsas, com intolerância “ridícula” e “funesta” aos “verdadeiros interesses da igreja”, advinda de “um clero pela maior parte ignorante, sem prestígio” e “sem escrúpulos”. Considerava “grosseiras” as práticas do clero, “tacanho e mesquinho”, que “nada enxerga para fora das paredes da sacristia” e pedia por “reforma completa” para fazer “do culto uma coisa séria, tirando-lhe o aparato e as empoeiradas usanças”, que produziam “o materialismo e tibieza da fé”. Julgava que a educação religiosa, por meio do “espetáculo” e “fausto profano”, levava o rebanho “para o materialismo, a indiferença e a morte da fé” (ASSIS, 1955b, p.350-2,388-9).

Em 1864, em flerte com o ideário liberal, opôs-se também a muitas práticas católicas,

do clero e dos papas, julgadas indevidas, clamando por mudanças na Igreja, pela abertura à “influência do espírito moderno”, pois o “espírito do Vaticano” encontrava-se “como no tempo de Galileu”. Expressou contrariedade à condenação do livro de Renan, *Vida de Jesus*, opondo-se à indicação de um monsenhor de exilar e queimar o livro por ser ímpio; em tempos de liberdade e civilização era “ridículo”, embora o achasse absurdo. Em 1865, avaliou que o papa Pio IX, “débil velho”, lançava friamente “contra o espírito moderno a mais peremptória condenação”, arriscando a tiara (ASSIS, 1958a, p. 89; 1955c, p. 219-28, 298-9).

Em 1869, o cronista, em diálogo mais claro com as teses da reforma protestante, que fizera 350 anos em 1867, condenou outras práticas desviantes católicas: a postura pecuniária e avarenta, a despreocupação em converter “algum calvinista” e ater-se em recolher “contos de réis para as *gravíssimas necessidades* do pontífice”, sendo “o triunfo máximo, o pecuniário”. O folhetinista combateu “as demasias clericais”, a “Santa Pecúnia”, os clérigos “avarentos”, as “ricas aljubas que vestiam”, “a baixela de ouro dos papas”, a “Roma sempre em prazeres” e as casas de oração onde “reina muita hipocrisia”, com a venda “bentinhos para ter perdão dos pecados”, “uma política” “cômoda e lucrativa”, um “atentando” ao sagrado, reduzido “a somas de dinheiro”. Atacou a venda de medalhas com imagem da virgem, para livrar “dos crimes cometidos”; a troca da imagem de N. S. Aparecida por dinheiro para livrar-se de catástrofes; o benzer e vender velas pelos padres, e a associação desses com sacristães para negociar caro as missas. Logo, dizia: “Viva Deus e a nossa algibeira” (ASSIS, 1958a, p. 187-9, 197,205-6, 245, 249; 1959a, p. 22, grifos do autor).

Na obra machadiana são diversas as remissões à doutrina cristã, como à *Bíblia*, sobretudo ao *Eclesiastes*, e, em geral, de forma paródica e com muita ironia, ao criticar as práticas enviesadas dos católicos, opostas às pregações e às Escrituras, como expresso em *A igreja do diabo* e em *O sermão do diabo*. Vários outros de seus contos também são perpassados pela temática religiosa ou tecidos acerca de suas práticas, dos quais destacamos *Missa do galo*, *Na arca*, *Manuscrito de um sacristão*.

3 | CATOLICISMOS: OFICIAL E POPULAR, O SAGRADO E O PROFANO

Inerente à religiosidade oficial católica deparamos na obra machadiana com muitas igrejas e sons de sinos governando, regendo e encantando a vida dos cariocas, templos ricos e humildes, centrais e periféricos como as matrizes, igrejas e capelas. São muitos os cônegos, padres e sacristães, raramente vistos como o Padre Melchior, de *Helena*, um “verdadeiro varão apostólico, homem de sua Igreja e de seu Deus, íntegro na fé, constante na esperança, ardente na caridade”. Universo esse marcado e definido por templos, sacristias, altares, imagens de santos, missas, água benta, sermões, orquestras, confessionários e confissões, campainhas, rosários, livros de *Horas*, circunflexões,

serviços de última hora, procissões, opas, varas de pálio, *irmãos das almas* pedindo esmolos para rezar missas àquelas, mas retirando para si espórtulas maiores (ASSIS, 1955e, p. 42; 1957e, p. 50; 1957c, p. 60,97-9, 100-2, 234-5; 1957f, p. 257; 1959d, p. 16-21, 301).

No campo da religiosidade oficial, missas diversas: de batismos, aniversários, casamentos e lutos. Na escolha de nomes para batizar os nascidos a busca por definir por meio deles traços do iniciado e sua trajetória. Nesse sentido, se no início do século, “às crianças só se punham nomes de santos ou santas”, como dos “santos apóstolos S. Pedro e S. Paulo”, na década de 1870 não se queriam mais “Anas nem Marias, Catarinas nem Joanas, [...] entrando em outra onomástica, para variar o aspecto às pessoas” (ASSIS, 1957c, p. 344; 1955a, p. 392; 1957g, p. 34-5; 1955i, p. 51).

Até então, nas ocasiões de cumprir as “obrigações” religiosas, as pessoas interagiam-se com o mundo e a vida exteriores. Porém uma nova sociabilidade ia configurando-se em práticas recreativas e espaços inusitados, e os hábitos religiosos foram sendo abandonados, os sentimentos e valores sagrados decaíram enquanto avançava a secularização, observada, por exemplo, pela retirada dos quadros de santos da decoração das casas abastadas, substituídos, em geral, por “pequenas gravuras inglesas”, como de mulheres “vulgares”, como Cleópatra e outras. Mas, “nas casas mais pobres”, a Virgem era ainda muita cultuada, possuindo “lugar excelso” na “devoção”, podendo “não haver um Cristo, mas sempre uma imagem de Nossa Senhora” (ASSIS, 1955f, p. 93; 1955j, p. 91; 1957b, p. 108).

A tibieza da fé e a escassez de padres indicam ainda a diminuição da inspiração e do sentimento religioso e avanço da secularização (ASSIS, 1955j, p. 91; 1955i, p. 51; 1959b, p. 80; 1957c, p. 263,308; 1957d, p. 280; 1955e, p. 13). O aprendizado das “primeiras letras, latim e doutrina” com clérigos, deu lugar a escola secular. O “uso antigo que um dos rapazes fosse padre” decaiu nas famílias com a oferta de profissões como medicina e direito; queda acusada, em 1894, por um ex-bispo da capital que tratou da “escassez de padres ordenados” e de paróquias sem capelães (ASSIS, 1959b: 80). “O vínculo moral” de promessas indissolúveis foram rompidos presentando “cochilo da fé”. Segundo o romancista, o sentimento religioso era de expressões exteriores, e interiormente a incredulidade era difusa, a devoção “magra”, “tíbia e distraída”. Para o cronista, naquele “tempo operou uma grande fusão religiosa”, que fez “do paganismo e do catolicismo um só credo” (ASSIS, 1957c, p. 263, 308; 1957d, p. 280; 1955e, p. 13; 1958b, p. 328).

Nas camadas sociais mais altas e de gente em ascensão a devoção decaiu e, às vezes, fora relegada aos antigos e idosos, que mantinham o costume de ir à missa aos domingos, ou quando não o faziam, por motivo maior (doença e intempérie) pegavam “seu livro, com as suas rezas marcadas” e acompanhavam “a missa toda frente o seu altarzinho” em casa. Essas, ainda mais devotas, não saíam sem “pedido de proteção”, nem voltavam sem “dar graças”, e ainda o faziam “ao deitar e ao levantar”. Mas existiam

senhoras mais jovens, que marcadas pelo espírito do novo tempo, tinham vocação para a vida exterior, bailes e salões, que se mostravam “pouco religiosas”, tendo “devoção magra”, “não ouvindo missa aos domingos” ou só indo “às igrejas em dia de festa, e quando havia lugar vago em alguma tribuna”, e tachavam “de beatas” as “que eram só religiosas”, embora pudessem rezar “às noites” frente a “oratorizinhos” de alcova. Já os homens, eram vistos, “em geral, como uns ímpios”, não pisando “na igreja, a não ser para batizar os filhos” (ASSIS, 1955i, p.197; 1957e, p.185; 1957f, p. 257).

A igreja era lugar de exposição pública, mesmo os templos simples, como a Igreja de S. Domingos, “adequada à missa recôndita e anônima”, embora houvesse aí também ostentação de opulência e símbolos de distinção social, que tornava “objeto de curiosidade” como carruagens, lacaios, roupas e esmolos vultosas. Os ricos preferiam a suntuosidade das Igrejas de S. Francisco de Paula ou a da Glória, em bairros elegantes, nas quais tinham o “uso velho” de mandar dizer missas aniversárias, obituárias e natalícias. Muita gente, sobretudo mais jovem, tinha mais “vocação para a vida exterior” e sentia “singular feitiço” pelas procissões e missas pelo rumor e pela pompa, sendo a “devoção magra” e escasseando “ainda mais” com os espetáculos e bailes. Outros “confundiam as práticas religiosas com as canseiras da vida, e fugiam delas” (ASSIS, 1959d, p. 23-4, 28; 1957d, p. 280; 1955i, p.94-95).

Se os indivíduos abandonavam práticas sociais e religiosas, que em tempos antigos, por volta de 1813, “eram todo o recreio público e toda a arte musical”, já em 1885 até a igreja mundanizou-se, adotando os carrilhões, conjunto de “sinos musicais” que tocavam peças profanas chamando os fiéis com “uma orgia de notas”, não “músicas enfadonhas, austeras, graves, religiosas”, mas “sons alegres e animados”, profanos como trechos de *Barbe Bleue*, de *Bela Helena*, de *Orfeu nos infernos*, de *Amor tem fogo*, geralmente executadas em teatros de opereta e casas da vida boemia. Para Machado, a missa da manhã e o “fandango da noite” aproximavam-se (ASSIS, 1957d, p. 61; 1955d, p. 249-250; 1959c, p. 168-9; 1959a, p. 68-9).

Outra prática e costume religioso do tempo antigo era a de ingressar em confrarias e irmandades por “amor às coisas pias”, o sagrado, mas, no momento, realizada pelo gosto ao profano, pela busca de “recompensas”, pelo “desejo de tornar matéria pública a importância do sujeito e seu espírito caritativo”, enviando notas a jornais sobre “os benefícios que praticava” e a divulgação do “beneficiado”, fazendo entrar “nas cogitações públicas”, ser “lembrado”, o que o cronista condenava, pois “S. Matheus recomendava o segredo de tais atos, para não imitar os hipócritas das sinagogas”. Mesmo as irmandades de “damas” eram usadas para dar brilho às suas “juízas”, quando os jornais davam “notícia minuciosa” das festas e dos nomes das organizadoras, satisfazendo a vaidade, “troco da glória” (ASSIS, 1957d, p. 205-6; 1957e, p. 350, 412-4; 1955c, p. 126; 1956a, p. 44). O mesmo ocorria com as associações filantrópicas religiosas, criadas para atender à pobreza e mendicidade, com donativos; muitas organizadas por senhoras. Amoldavam ao

espírito profano; eram usadas para porem-se em evidência social seus organizadores e envolvidos (ASSIS, 1955b, p. 71; 1959a, p. 283-4; 1957f, p. 192; 1957e, p. 190-2; 1959d, p. 301).

Existia, ainda, a nada sagrada “luta tradicional” entre os templos com o objetivo “de primar uns sobre os outros no luxo das suas procissões respectivas”, sendo “luta, por demais profana”, conforme o cronista, em 1865; disputando na “acumulação de prata e ouro nos andores” e no “mais numeroso concurso de irmãos e de anjinhos, e outras coisas iguais”. Vivia-se o sagrado meio à “folia”, “comentários dos assistentes”, “pilhérias”, disputas e busca de “brilho” e “distinção”. O cronista duvidava “que a divindade visse com bons olhos estes conflitos de primazia” e vaidade (ASSIS, 1958^a, p. 101-2; 1957c, p. 98-100).

Junto ao povo, o “gosto das procissões” vinha de longe. Era, para os antigos, “tradição de infância”, do “tempo do rei” e suas “predileções confessadas por todas as velhas carolices”; “tempo [...] das boas festas e dos bons frades, da verdadeira fé e dos verdadeiros filhos de Deus”. Mas, já em 1865, o cronista afirma que elas podiam “dar ideia de tudo, menos de um culto sério e elevado”, pois, lado aos anjinhos e andores, homens seguiam com tochas na mão ou “vara do pálio”, que eram disputadas, pois davam “distinção especial” a quem as trazia, mas iam “dizendo pilhérias à esquerda e à direita”, e comentavam as graças juvenis do anjo cantor. Portanto, o cronista via tais práticas como ridículas, não podendo subsistir em sociedade verdadeiramente religiosa, pois “folia, mesmo para os mais sinceramente religiosos”, com as quais “os sacerdotes sérios” não deveriam conservar “cúmplices” (ASSIS, 1958a, p. 101-2).

Mas, em 1865, algumas procissões já tinham sido “suprimidas” e o cronista dizia que tudo fazia “crer que as restantes” também seriam. Já, em 1893, ele acusou o fim da procissão de São Sebastião, dizendo: _ “Ordem, número, pompa, tudo o que havia quando era [...] menino, tudo desapareceu”. Por outro lado, expressando a aproximação do sagrado e do profano, já acusada pelo cronista, em 1896, uma sociedade carnavalesca foi proibida de desfilar com o nome Nossa S. da Conceição, e ele concordou com a proibição, dizendo que se os fiéis da sociedade eram “devotos da Virgem” tinham “igual gosto às ideias profanas” e deveriam “adotar denominação adequada” (ASSIS, 1958^a, p. 10; 1959^a, p. 220; 1957b, p. 108-9).

Os festejos das igrejas e dos santos eram populares reunindo muita gente, mas sofriam também a ação dos novos tempos e iam perdendo interesse, como a festa da Glória, da Penha, da Conceição, de Reis, de São Sebastião, do Espírito Santo e de São Benedito. Nelas havia lugar tanto a religião, com missa e outras atividades, quanto o recreio, com fogos de artifício, barracas, corretos, leilão de prendas. Para o cronista, “tudo [era] a mesma alegria e a mesmíssima diversão”, mas os fogos e o garrafão atraíam “mais fiéis que o objeto essencial da festividade”. Todavia, em 1878, ele dizia que, talvez, essas festas tivessem findado como tinham “acabado muitas outras devoções populares, meio

religiosas, meio recreativas.” Para ele, “o elemento estrangeiro”, profano, transformou tudo e tirou “a rusticidade e o encantos de outros tempos” (ASSIS, 1958b, p. 121; 1956a, p. 207; 1955g, p. 410; 1959c, p. 225, 103; 1957c, p. 77; 1955d, p. 147-8).

Em 1870, o contista afirmou que iam “rareando os lugares em que de todo se não apagou o gosto [das] festas clássicas, resto de outras eras...”. Mas na Corte, ainda se ia às barracas de Reis e juninas. Já, em 1894, tratou “da morte de S. João”, e de Reis, “festa popular” que perdurava “no interior”, não na capital onde morrera “há muitos anos”, restando “recordações” de “noites abençoadas” e “crendices” que o povo “não as sabe já praticar”. Para o escritor os anos que passavam tiravam à fé o que havia nela de pueril e simplório, como as crendices nas simpatias, consultas e sortes, para só deixar o que há de sério (ASSIS, 1957e, p. 62; 1955f, p. 46; 1955a, p. 318; 1957h, p. 171-2; 1958a, p. 93-4; 1955d, p. 31-3, 241; 1959b, p. 13-4, 123-4).

Abordando, ainda, da religiosidade popular, em 1864, o cronista ocupou-se da imagem de Santa Teresa que lacrimjava, em Viana, e pôs “em alvoroço os crédulos vianenses” pensando ser milagre. Em 1870, remeteu à festa do Bom Jesus, em Pirapora, que reunia todo ano numerosos romeiros. Já, em 1873, tratou de uma senhora que enlouqueceu, quando, após longa seca, pedira chuva “enterrando a imagem de Santo Antônio no mato”, mas com a chegada de chuva abundante e incessante, buscou-a, não a encontrando, passando a supor que os males vinham de sua ação. Para o folhetinista, o santo gozava entre seus devotos “do exótico privilégio de não conceder nenhuma graça senão enterrado ou metido num poço”, só operando “milagres a troco da liberdade”, o que era uma superstição e não fé. Em 1876, por sua vez, falou de duas mulheres santas e milagrosas, uma, na Bahia, que formou “romarias de devotos”; e outra, “velha milagrosa”, que diziam curar “doenças incuráveis com ervas misteriosas” (ASSIS, 1955c, p. 144-5; 1958a, p. 227-8, 283-4; 1959c, p. 131-2).

4 | OUTRAS OFERTAS E BATALHAS: ESPIRITISMO X “FEITIÇARIA”

No que refere às práticas religiosas das pessoas negras, existiam aquelas inseridas no campo católico frequentando templos, fazendo orações, conhecendo e realizando promessas dentre outras atitudes que lhes eram inerentes. Já outras desenvolviam atividades em templos católicos apenas cumprindo o exigido pelo ofício, como de sineiro, e “conforme a ordem”, mas mantendo-se atrelados às tradições africanas, sobretudo, se idosos. Pretos velhos que revelam elementos próprios das culturas africanas, congregando elementos de sobrevivências étnicas da África, próprios do chamado candomblé, como poderes e forças controladoras e de proteção, saberes ancestrais, expressos ritos e objetos, línguas, danças, folguedos e sonoridades, podendo ser chamados de “*pa*”, pois dirigentes, conselheiros, bondosos, humildes, generosos e paternais, indicando uma forma de família e parentesco moral e ético. Esses são rezadores, fazem “feitiço protetor”, com

marimbas e cantigas (alegres, guerreiras, entusiastas...), empregam vocábulos africanos como “calunga, mussanga, monandenguê...”¹, “vozes de África”. Suas cantigas falam de energias vitais, de “santo de trabalhar” e “de comer”; no corpo “o movimento de suas danças africanas”, “sacudidelas para acompanhar a toada”, além de contar histórias muito longas e sem sentido para os brancos, sustentadas na oralidade e na memória (ASSIS, 1955l, p. 229-30; 1955d, p. 392; 1957c, p. 71, 177,279; 1955h, p. 11,14; 1956a, p. 193-4; 1957b, p. 432-3).

No contexto republicano, sobretudo, muitas práticas, tidas como feitiçaria e curandeirismo, misto de religião e medicina popular, foram combatidas em nome da civilização, ciência e razão. Em 1893, o cronista temia o novo Código Penal, de 1890, que “castiga duro às pessoas que adivinham o futuro” e “aplicam drogas para excitar” e fascinar a crença pública, levando a polícia a deter caboclos, caboclas, feiticeiras e feitiçeiros, bem como recolher suas “ferramentas” de “ofícios incluídas no código como delitos”. Para ele, a feitiçaria era “natural do homem” e, no momento, ofício que garantia renda a muita gente, impedindo-as de furtar e matar, que seria infração aos “mandamentos da lei de Deus”, que “não fala de feitiçaria, mas de furto.” Assim, via como incorreto considerar a feitiçaria como delito e prender seus agentes “só porque fecham o corpo alheio com os seus olhos...” e demais objetos (ASSIS, 1959a, p. 288; 1959b, p. 308-311).

Por esse momento e contexto repressivo a tais práticas de feitiçaria, desencadeado pelo código penal republicano, Machado não as associou aos negros e nem ao povo simplesmente, enfatizou que esse velho costume não se restringia aos populares. Conforme o cronista, muita gente “de posição” recorria a curandeiros, caboclos e caboclas, como os curandeiros Tobias e Nascimento, para “curar tantas mazelas que devastavam a cidade”, com ervas, rezas, “passes de evocação de defuntos”, de “espíritos diferentes”, pois eram “grandes em ler, como as adivinhas”, e mandavam o mal ir “com tais e tais palavrinhas”, “esporões de galo, pés de galinha secos, medalhas, pólvora...”. Outros “falavam em prosa sem o saber... curavam em línguas clássicas” empregando ainda nos seus rituais “bugigangas e drogas” (ASSIS, 1956b, p. 248-9, 267-8; 1955d, p. 426-7).

Desta forma, buscar adivinhos e feitiçeiros era usual também entre os ricos, como em *Esaú e Jacó*, quando a rica Natividade o fizera, indo consultar a cabocla que, em 1871, “reinava” no Morro do Castelo. “Muita gente boa” lá ia, “pessoas da sociedade falavam dela a sério”. Havia “caso de pessoa distinta, um juiz municipal”, e outros, que “tinham perdido e achado joias e escravos”, além da polícia, que também recorria a ela. “Toda a gente falava” dela; tinha freguesia numerosa, “sinal certo [de sua] vidência e franqueza”. “Era o assunto da cidade; atribuíam-lhe um poder infinito, uma série de milagres, sortes, achados, casamentos”; dizia-se “que ela adivinhava tudo, o que era e o que viria a ser...”, parecendo “que era mandada de Deus”, tudo explicando, sonhos e pensamentos, e

1. Calunga – divindade origem banto; mussanga – árvore angolana de copa umbeliforme; monandenguê – menino em angolano, conforme nota do tradutor Mark Calyon, de *Casa Velha* para o inglês (ASSIS, 2010, p. 106).

curando várias mazelas (ASSIS, 1959d, p. 7-17, 43-6).

Porém, tais práticas tinham, ainda, outros opositores, como os adeptos do nascente espiritismo kardecista, que diziam ser essa uma doutrina regida por “leis científicas”, a fim de excluir “qualquer mácula de seita”, e conclamando serem “sabedores das verdadeiras luzes do mundo”. Defendiam a consulta espírita e não aos acabocladados, que “seria imitar as credices da gente reles”; um “espírito podia dizer a verdade em vez de uma adivinha de farsa” (ASSIS, 1959d, p. 7, 9, 11, 38,43-6, 64, 67,70; 1957h, p. 10-1). Na ficção machadiana o espiritismo foi figurado em *Esaú e Jacó*, como também em *Uma visita de Alcibíades*.

O espiritismo foi tema de várias crônicas, em geral, meio a risos e ironias acerca de seus enunciados e princípios, não escapando a críticas. Há momentos e situações, que exigiam saber aprofundado acerca de certo assunto para ser tratado ou desenvolvido, como da teoria de Newton, que o cronista sugeria consultar o próprio físico. Em outro momento, ante um *médium* com fama de “prodigioso” na Europa, mas que na corte buscou “simular os fenômenos”, o autor ironizou: o “*médium* foi [...] apenas *minimum*”. Em outros ainda, questionava a ideia de ser a religião portadora da verdade única, última, definitiva e absoluta, e que substituiria todas as religiões. Considerou que “o espiritismo não é menos curanderia” que outras formas existentes, ainda que afirmasse crer nele e no princípio “fundado no progresso”, na lei de “nascer e renascer, progredir sempre”. Por fim, em 1895, defendeu sua existência e exercício, pois a Constituição definia o direito de liberdade religiosa; e, em 1896, comentou que “os espíritas afirmam que os mortos escrevem pelos dedos dos vivos” considerando, por fim, que “tudo é possível” (ASSIS, 1958b, p. 177; 1956b, p. 123; 1955b, p. 297-9; 1959b, p. 100-2,188-9; 1957b, p. 26,274).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do imaginário, de um conjunto de imagens e representações do passado, que estabelecem relações entre si, criações e pensamentos de Machado de Assis, deparamos com diversas religiosidades da sociedade fluminense, microcosmo do Brasil, na segunda metade dezanove. Por meio delas, se desvela facetas das práticas humanas de buscas de religião com o divino ocorridas num campo de ofertas religiosas por entre atitudes sagradas e profanas, por entre disputas, intolerâncias, tensões e conflitos experimentados por sujeitos de segmentos sociais diversos, seguidores de religiões tradicionais e de novas em emergência, ainda que o catolicismo ainda fosse hegemônico.

REFERÊNCIAS

ASSIS, J. Machado de. **A mão e a luva**. São Paulo: W.M. Jackson inc., 1957 a.

- _____. **A semana v. 1.** São Paulo: W. M. Jackson inc., 1959a.
- _____. **A semana v. 2.** São Paulo: W. M. Jackson inc., 1959b.
- _____. **A semana v. 3.** São Paulo: W.M. Jackson inc., 1957b.
- _____. **Contos e crônicas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958a.
- _____. **Contos fluminenses v.2.** São Paulo: W. M. Jackson inc., 1955a.
- _____. **Contos sem data.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956a.
- _____. **Crônicas v. 1.** São Paulo: W. M. Jackson inc., 1955b.
- _____. **Crônicas v. 2.** São Paulo: W. M. Jackson inc., 1955c.
- _____. **Crônicas v. 3.** São Paulo: W. M. Jackson inc., 1959c.
- _____. **Crônicas v. 4.** São Paulo: W. M. Jackson inc., 1955d.
- _____. **Crônicas de Lélío.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958b.
- _____. **Diálogos e reflexões de um relojoeiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956b.
- _____. **Dom casmurro.** São Paulo: W.M. Jackson inc., 1957c.
- _____. **Esaú e Jacó.** São Paulo: W. M. Jackson inc., 1959d.
- _____. **Helena.** São Paulo: W. M. Jackson inc., 1955e.
- _____. **Histórias da meia-noite.** São Paulo: W. M. Jackson inc., 1955f.
- _____. **Histórias românticas.** São Paulo: W. M. Jackson inc., 1955g.
- _____. **Histórias sem data.** São Paulo: W.M. Jackson inc., 1957d.
- _____. **Iaiá Garcia.** São Paulo: W. M. Jackson inc., 1955h.
- _____. **Memorial de Aires.** São Paulo: W. M. Jackson inc., 1955i.
- _____. **Memórias póstumas de Brás Cubas.** São Paulo: W.M. Jackson inc., 1957e.
- _____. **Páginas recolhidas.** São Paulo: W. M. Jackson inc., 1955j.
- _____. **Quincas Borba.** São Paulo: W.M. Jackson inc., 1957f.
- _____. **Relíquias de casa velha v. 1.** São Paulo: W. M. Jackson inc., 1955l.
- _____. **Relíquias de casa velha v. 2.** São Paulo: W.M. Jackson inc., 1957g.
- _____. **The old house.** Trad. Mark Carlyon. Rio de Janeiro: Cidade Viva, 2010.

_____. **Várias histórias.** São Paulo: W.M. Jackson inc., 1957h.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 1977.

DURAND, Gilbert. **As estruturas Antropológicas do imaginário.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 103, 146, 163, 201

Afrocentricidade 87

Aldeamentos 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32

Analogia sabática 33, 34, 35

C

Campo religioso 57, 58

Candomblé 58, 65, 70, 71, 72, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 93, 97

Caudilhos 113, 120

Colonialidade 21, 70, 72, 73, 75, 76, 79, 80, 83, 84, 85

Cristo 33, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 62

D

Decolonialidade 70, 72, 73, 79, 84

Discursos políticos 124

Diversidade 30, 49, 57, 77, 79, 82, 83, 96, 97, 146, 151, 153, 155, 161, 178, 198

E

Educação 1, 14, 20, 33, 45, 46, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 77, 78, 84, 87, 95, 97, 164, 174, 175, 176, 177, 178, 181, 187, 188, 189, 201

Educação Histórica 45, 49, 174, 175, 176, 178, 181, 187, 188

Ensino de História 45, 56, 188, 189, 198

Ensino religioso 45, 46, 47, 50, 52, 53, 54, 55

Eric Hobsbawm 136, 137

Escravidão 22, 23, 24, 28, 29, 30

F

Força 22, 28, 29, 46, 50, 54, 57, 59, 77, 90, 102, 110, 125, 141, 180, 184, 187

Fronteiras 78, 79, 83, 112, 113, 115, 122, 131, 133, 134, 188, 195

G

Governo 17, 18, 26, 58, 59, 124, 125, 126, 130, 131, 180, 183, 184, 185

Guerra 2, 3, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 47, 48, 59, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 127, 131, 133, 134, 150, 156

H

História da América Latina 13

História do Tempo Presente 13, 79

I

Identidade 14, 15, 16, 19, 20, 22, 30, 31, 50, 52, 76, 80, 91, 93, 109, 113, 115, 122, 138, 143, 144, 165, 168, 192, 195, 199

Ideologia 48, 50, 136, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145

Indígena 13, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 96, 165, 166, 171

Irmandades 63, 93, 94, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 107, 108, 112

J

Jogos de Escalas 98, 101

M

Machado de Assis 57, 58, 67

Movimentos Sociais 13, 21, 73, 103

N

Nação 16, 19, 35, 89, 110, 122, 128, 129, 136, 138, 142, 143, 151, 196, 199

Nacionalismos 136, 142

Negras 65, 72, 87, 93, 94, 97, 98, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 111

P

Província 113, 114, 118

R

Religiosidades 53, 57, 67, 86, 90

Republicanos liberais 124, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 135

S

Sábado 33, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 148

T

Território 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 91, 104, 119, 125, 167, 193

Tradição inventada 136, 137, 142

Transgeracionalidade 87, 92

Z

Zapatismo 13

 **Atena**
Editora

2 0 2 0